

III ENADIR – 2013

GT 01- Antropologia e Sistemas de Justiça Criminal

**Controle dos corpos, emoções e sistema prisional: por um debate.**

**Autoria e pertinência institucional:**

**Juliana G. Melo** (Dra. Antropologia/DAN/ PPGAS/UFRN).

**Leonardo Alves dos Santos** (Mestrando PPGAS/UFRN).

## **Controle dos corpos, emoções e sistema prisional: por um debate.**

### **Introdução**

A partir de pesquisa realizada<sup>1</sup> em um complexo penal, no caso a ala feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves, localizada em Natal/RN, Brasil, propõe-se pensar a relação entre sistema prisional e o uso das emoções para o controle dos corpos de internos e manutenção das relações de poder. Como indicam inúmeras pesquisas<sup>2</sup> as penalidades e o controle sobre os apenados de um ambiente prisional vão além do próprio corpo, atingindo o indivíduo em sua alma, vontades e disposições. Através de mecanismos disciplinares diversos, a proposta prisional é assegurar a transformação dos internos através de processos de “*mortificação do eu*” (Goffman, 1974) e “*correção*” de suas condutas, bem como reproduzir a estrutura vigente (hierárquica, assimétrica e punitiva (Kant de Lima, 1996).

Porém, para além dessa dimensão, na pesquisa realizada no CPJC<sup>3</sup> identificamos ainda que as emoções são referenciais importantes nesse campo temático, pois dão sentido às trajetórias das internas (do amor à criminalidade); ajudam-nas a sobreviver ao presente (de medo, solidão, abandono, isolamento social, etc.) e a construir expectativas para o futuro. Sentimentos como amor, raiva, medo, solidão passam a ser representativos de suas histórias individuais, ajudando a construir uma identidade social específica (a de interna) e suas próprias redes de solidariedade. Assim, embora subjetivos e particulares, os estados emotivos também estão atrelados a uma gramática e a códigos simbólicos compartilhados, revelando diferentes leituras sobre as formas de distribuição e acesso à justiça no Brasil, por exemplo.

Ainda que os dados sejam preliminares e que a discussão precise ser adensada, a proposta do *paper* é analisar o tema tendo por referência essa dupla perspectiva, de modo que seja possível identificar dramas (sociais e individuais) e acessar visões diferenciadas (frequentemente marginalizadas) sobre o sistema de justiça criminal nacional. Como método, tratamos das narrativas de vida de oito mulheres em situação de prisão, a partir de um ponto de vista antropológico. Notamos, aliás, que poucos estudos abordam a relação entre antropologia das emoções, sistema prisional e mulheres. No entanto, número de encarceradas cresce exponencialmente, em termos locais, nacionais e globais.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada entre os anos de 2010-2012 e que segue em continuidade.

<sup>2</sup> Ver referencial bibliográfico.

<sup>3</sup>Complexo Penal Dr. João Chaves.

## **Do amor ao crime.**

Nos estudos realizados no CPJC<sup>4</sup>, buscamos identificar inicialmente o perfil das internas a partir da realização de entrevistas com oito mulheres em privação de liberdade. De modo geral, pode-se dizer que em sua narrativa é comum afirmarem que se inseriram no mundo do crime através de um companheiro ou com um companheiro. É comum também que apontem para a relação entre prisão e envolvimento com as drogas, que figura como a principal causa para a prisão de mulheres atualmente, inclusive no estado do Rio Grande do Norte (dados do DEPEN<sup>5</sup>). Um crime recorrente também é o contra o patrimônio, no qual se incluem furto simples, furto e roubo qualificado. Novamente, apontam para uma relação entre drogas, criminalidade e prisão. Afinal, muitas “*roubam para sustentar o vício*”<sup>6</sup>.

Se o envolvimento com drogas, análise que merece aprofundamento em momento oportuno, é uma marca indiscutível na história de vida dessas mulheres, a vulnerabilidade é uma marca em suas relações familiares e afetivas. No caso das entrevistadas, problemas na estrutura familiar contribuíram para o ingresso no crime. Ainda que existam diferentes perfis, muitas fugiram de casa, foram abandonadas nas ruas ou deixadas aos cuidados de orfanatos. Isto é, muitas cresceram sem o componente afetivo e orientador da família. A questão, aliás, merece atenção, pois é na família que idealmente aprendemos a “*viver em relacionamentos interpessoais gratuitos, de colaboração, serviço recíproco, tolerância*” (Petrini, 2003:43).

Embora não sejam determinantes, a situação de vulnerabilidade e os dramas pessoais pelos quais passaram parecem ter contribuído para o consumo ou tráfico de drogas. Na CPJC muitas internas vivenciaram em situações marcadas pela pobreza, pela discriminação, pela falta de uma assistência social e em cenários marcados pela ausência de políticas públicas.

Um dado interessante a notar é que todas as entrevistadas afirmaram ter entrado na prisão em virtude de relacionamentos amorosos. Ao escutarmos suas narrativas, percebemos que é recorrente que concordem em entrar com drogas ou outros itens proibidos nas prisões e acabem sendo presas durante a revista policial. Muitas deixaram seus filhos em casa com algum parente ou muitas vezes sozinhos para ir visitar seus companheiros e uma vez descobertas não retornam às suas casas, o que gera uma série de consequências sociais.

---

<sup>4</sup>Complexo Penal Dr. João Chaves.

<sup>5</sup>Departamento Penitenciário Nacional.

<sup>6</sup> Gostaríamos de acrescentar, que as prisões hoje, devido às leis de intolerância ou “guerra às drogas” vêm funcionando como “depósito de viciados”, sem oferecer tratamento médico ou psicológico adequado. O que se nota é a existência de uma rede de traficantes dentro da cadeia – marcada por complexas hierarquias -- que exploram os dependentes químicos em troca de favores ou dinheiro. Essa situação, agravada pela corrupção policial fartamente documentada por Lemgruber (1994), é uma constante nas unidades prisionais nacionais.

Afinal, da Unidade Penal em que estiverem, são deslocadas para a Delegacia de Polícia, depois para uma CDP<sup>7</sup> e posteriormente para a ala feminina de presídios estatais. Há, desse modo, uma relação de proximidade entre amor e criminalidade na visão dessas mulheres. Isto é, este é um argumento recorrente que explica ou parece justificar suas trajetórias de vida.

### **Da adaptabilidade à vida na prisão: marcas da solidão.**

De modo geral, toda mulher que comete algum tipo de delito, antes de receber sua pena e ser encaminhada a uma unidade de regime fechado, deve antes passar por no mínimo uma unidade prévia. Dessas unidades temos Delegacias de Polícia e Centros de Detenção Provisórios<sup>8</sup>, ambos superlotados. Dependendo do crime as internas podem passar um tempo também na Polícia Federal, no caso as envolvidas em tráfico interestadual e internacional. O “processo de admissão” definido por Goffman (1974) começa a fazer sentido desde o primeiro contato com a prisão, um mundo fechado e formalmente administrado.

*O delinquente, uma vez que foi sentenciado, passa para a prisão, para extinguir a sua pena. A sociedade fica satisfeita, a justiça terminou, com a sua prolação, a sua augusta missão, e o criminoso substitui esta condição pela de condenado, e fica despojado de todas as suas liberdades físicas. (...) O réu entra na prisão. Já leva gravado a fogo, como uma tatuagem, o seu número de anos, de meses e de dias. Sabe quanto tempo vai fechar-se a porta que o separa da vida livre. (Funes, 1953: 187-190)*

Ao ter seu primeiro contato com sistema prisional, o indivíduo traz consigo o peso que lhe foi atribuído pela sociedade, assim como os anos que ficará longe dela. Aliás, não restam muitas opções que não a adaptação às novas regras: mesmo as mais resistentes se submeterão à ordem vigente na prisão, seja pelo meio da cooperação ou do castigo. Lembremos, inclusive, que vivemos em um país de um sistema judiciário inquisitório<sup>9</sup>, que visa, sobretudo, punir e destruir a própria ideia de *self*, de modo que o comportamento desviante seja substituído (à força) por novos padrões morais.

O primeiro passo para a “mortificação do eu” seria a confiscação dos bens pessoais, ainda que possam reter um ou outro objeto particular (como acontece na CPJC). O objeto pessoal, nesse caso, passa a ser uma lembrança do *eu* do mundo exterior é uma ponte que prende a interna a sua antiga vida em sociedade. Outra estratégia diz respeito ao “temor da

---

<sup>7</sup>Centro de Detenção Provisória.

<sup>8</sup> O Estado conta com apenas um CDP-Feminino, já que a ala feminina do CDP-ZN foi desativada depois de inaugurado o CDP de Parnamirim que é o único exclusivo para mulheres.

<sup>9</sup> Ver Kant de Lima (1996)

contaminação”, muitas vezes gerado pelo ambiente sujo e insalubre que marca os sistemas prisionais, bem como pela comida ruim e contato forçado com outras pessoas<sup>10</sup>.

Não restando outra opção a não ser a adaptação, a aceitação dessas condições indesejáveis contribui para um processo de destruição da individualidade e da sua concepção do eu. Sobre esse aspecto, Goffman identificou quatro “modos de adaptação” em uma prisão: afastamento psicológico; rebelião; colonização; envolvimento homossexual; conversão. Segundo Lemgruber (1983), apoiando-se no autor referido, afirma que o afastamento psicológico refere-se à atitude da interna que renuncia consciente ou inconscientemente aos objetivos ou necessidades frustradas tornando-se apática. Algumas transmitem a impressão de que o tempo passado no cárcere assemelha-se a um pesadelo, a um momento liminar em que a vida está suspensa.

Um outro modo de adaptação comum seria a rebelião, onde a “rebelde” não aceita a ordem da cadeia e não baixa a cabeça frente aos *testes de admissão* de modo que sempre “bate de frente” com a administração da Instituição. Estas internas são as que mais frequentemente sofrem sanções disciplinares. A colonização, por sua vez, seria um outro modo de adaptação. Seria “*uma atitude comum e assemelha-se ao processo sociológico da assimilação – a absorção gradual e contínua da cultura da prisão.*” (Goffman *apud* Lemgruber, 1983; p.90).

A conversão, ao final, seria o modo de adaptação que aceita a realidade da *Instituição total* como a única. As que aderem a esse procedimento, normalmente colaboram com a administração da instituição e ganham alguns privilégios que as outras não possuem. Enquanto na colonização há uma absorção da cultura prisional, mas o indivíduo a mescla com o que lhe resta de individualidade para tentar de algum modo se sentir livre através de gírias e formação de grupos. Na conversão, ao contrário, aceitam os ordenamentos da prisão e passaram pelo processo que Foucault chamou de *docilização* dos corpos.

Apesar da complexidade do debate, o envolvimento homossexual é outro aspecto a ser considerado nas prisões femininas. A estratégia pode consistir em uma forma de adaptação à prisão, onde uma presa “toma conta” da outra, formando um casal<sup>11</sup>. Entre as entrevistadas houve poucas menções a homossexualidade, ainda que esse seja um fato de maiores proporções e que continue sendo condenado pela sociedade e pelas próprias internas (elas são inclusive punidas por práticas de homossexualidade).

---

<sup>10</sup>“O interno passa por uma mortificação do seu eu pela exposição contaminadora do tipo físico, mas isto deve ser ampliado; quando o agente de contaminação é outro ser humano, o interno é adicionalmente contaminado pelo contato interpessoal forçado e, em consequência, uma relação social forçada... com colegas indesejáveis.” (Goffman, 1974.p.28-30)”

<sup>11</sup> Sobre esse aspecto confira Lemgruber (1983).

Vale destacar aqui que, na maioria das vezes, as internas conciliam “modos de adaptação” diversos e apresentam características de ao menos dois deles. Tratam-se de estratégias para se adaptar ao ambiente prisional, depois de terem sido despojadas de quase tudo que tinham, inclusive sua identidade anterior. Mesmo quem resiste, está buscando um modo de adaptação, já que a revolta constitui-se também como uma forma de resistência à criação de um *eu* institucional homogeneizado.

## **DO ESTIGMA À SOLIDÃO**

Durante os primeiros anos de contato com o sistema penitenciário do RN, havíamos visitado várias prisões masculinas e tivemos a oportunidade de entrar na ala feminina do CPJC. Uma das coisas que mais nos chamou a atenção foi que, mesmo em dia de visitas, a ala feminina permanecia sempre vazia. Nos dias de vista nas prisões masculinas notamos que as filas de visitantes são grandes, havendo ônibus e vans chegando lotadas de mulheres com crianças, comida, refrigerantes e outros utensílios. Entretanto, no CPJC, que abriga mais de cem mulheres atualmente, só existem em média quatro homens fazendo visita às suas companheiras. A família extensa também tende a abandoná-las, pois fugiram ao padrão, estereotipado do que deve ser uma “boa mulher”: esposa e mãe de família. A solidão, dessa forma, é uma das marcas mais fortes em uma prisão de mulheres.

Notamos ainda que a mulher presidiária sofre um terrível estigma. No imaginário social vigente, diferentemente dos homens, de quem já se esperam desvios e impulsos (para a violência, por exemplo), as mulheres não podem errar ou fugir dos papéis sociais a que estão destinadas. Nesta perspectiva, são seres frágeis, devendo manter-se como puras e maternais. Quando falham, não apenas são submetidas a uma série de estigmas como também se autoestigmatizam fortemente. Dizendo-se indignas é comum que peçam para seus familiares (especialmente filhos) não as visitarem, o que aumenta a sensação de abandono e isolamento.

*A mulher detenta é vista como tendo transgredido a ordem em dois níveis: a) a ordem da sociedade; b) a ordem da família, abandonando seu papel de mãe e esposa – o papel que lhe foi destinado. E, por outro lado, deve suportar uma dupla repressão: a) a privação de liberdade comum a todos os prisioneiros; b) uma vigilância rígida para “protegê-las contra elas mesmas”, o que explica porque a direção de uma prisão de mulheres se sente investida de uma missão moral. (Sorcière apud Lemgruber, 1983; p. 86).*

Se esse processo amplia o isolamento, contribui também para a mortificação da sua individualidade. Por outro, visa também a preservação do outro, pois no contexto nacional, aquele familiar que vai à prisão recebe o estigma do presidiário. Desse modo, há uma

transposição da pena para os próprios familiares, submetidos a situações vexatórias e humilhantes<sup>12</sup>. Desta forma, mesmo que a visita costume ser o maior recurso pacificador do sistema penitenciário (os internos temem perder o direito às visitas), o quadro apresenta-se de forma diferente entre as mulheres como podemos perceber.

É do estigma da prisão de mulheres também se atribuir uma maior desunião, r individualismo e deslealdade entre elas. Nas experiências em prisões masculinas podemos observar que há a formação de grupos ou facções dentro do próprio presídio, havendo hierarquias entre pavilhões. Entretanto, na prisão de mulheres, considera-se que “*os interesses individuais estão sempre acima dos coletivos. Comentários ouvidos no dia-a-dia corroboram fartamente tal assertiva (...); “aqui é lobo comendo lobo, é uma engolindo a outra”; “não há amizade, só interesse”; “minha colega de listrado se puder me enterrar, me enterra”*”. (Lemgruber, 1983; p.80). Ou seja, mais uma vez estamos diante de processos de autopenalização, o que gera a desconfiança e o afastamento entre elas<sup>13</sup>.

Por outro lado, ainda que os perfis sejam diversos, o mundo da prisão, para estas mulheres, costuma ser representado por sentimentos como: frustração, medo, culpa, desespero, humilhação, apatia, tristeza, entre outros. Embora estes sentimentos façam parte da subjetividade de cada uma, estamos diante de uma gramática social.

Notamos, aliás, que boa parte do material “extra” que as internas têm direito nas prisões não são fornecidos pelo Estado. Ter acesso a objetos de higiene pessoal ou a um alimento de melhor qualidade, por exemplo, depende de terceiros, de relações que se constituem para além dos muros (cf. Santos, 2011). Existe, portanto, uma rede complexa de trocas e de favores que se estabelece nas prisões e que depende diretamente dos contatos estabelecidos com pessoas do lado de fora da Instituição. Ao notar essa configuração, é comum que as agentes penitenciárias passem a administrar sanções diversas, tais como: privação dos direitos de visita; de recebimento de objetos e alimentos; privações no que concerne a informações sobre o processo ou do próprio convívio social (algumas são deslocadas para as celas de isolamento, localmente chamadas “Cafuas”, ficando sem contato inclusive com as internas). Ou seja, estamos diante de mecanismos eficazes de controle social,

---

<sup>12</sup> É preciso ressaltar aqui que o ato da revista é algo extremamente constrangedor. Em presídios masculinos do RN ocorre das mulheres terem que se agachar perante um espelho e fazer força para poder se observar bem dentro das suas genitálias. Na ala feminina sabe-se que o homem também passa por uma revista minuciosa também tendo que despir-se na sala de revista.

<sup>13</sup> Outro fator relevante para a diferenciação da formação de grupos em uma prisão de mulheres para uma prisão masculina é o fato de que, embora essa não seja a única regra existente, muitos homens já estão no mundo do crime em gangues ou facções criminosas. A maioria das mulheres, no entanto, é presa por crimes individuais de tráfico ou furto.

que atuam no corpo e na subjetividade das internas e aumentam sua dose de sofrimento (bem como legítima socialmente a ideia de que a prisão, no Brasil, deve ser um local de sofrimento e “purgação” do mal).

## **A micropolítica das emoções e o mundo prisional**

Durante a pesquisa, observamos que o funcionamento administrativo é fundamentado em princípios de hierarquia simples, havendo apenas três níveis de diferenciação de cargos que em ordem crescente são: agente penitenciário, vice-diretor e diretor<sup>14</sup>. Como o número de agentes normalmente é bastante inferior ao número de internas, é compreensível o desenvolvimento de novas estratégias de controle das internas através de meios mais subjetivos que não apenas a coerção simbólica ou uso do panóptico, os quais constituem o exercício do poder através do medo, seja ele exercício por outro através da vigilância externa ou pelo próprio interno (cf. Foucault, 2004).

Para gerenciar um alto número de corpos e mantê-los sobre o controle a administração se utiliza de táticas comportamentalistas de reforço positivo e negativo (conceito behaviorista proposto por Skinner) onde o “mau interno” sofre sanções e onde o “bom interno” (no caso o mais disciplinado, ou se concordarmos com Goffman, o mais mortificado) é poupado, podendo até mesmo ser recompensado. Nesse contexto, cabe lembrar que boa parte das internas são provenientes de contextos sociais vulneráveis e de desafiliação.

Marcadas pela miséria, violência (e muitas vezes pela discriminação racial), essas mulheres, uma vez nas prisões, são submetidas a procedimentos de *adaptação* diversos que visam destruir suas concepções de *self*. A intenção, como vimos, é disciplinar os *desviantes*, punir seus corpos e promover um processo de “reeducação moral”. Ao final, o que se reproduz são as mesmas condições de desigualdade, só que agora os “desviantes” estão acomodados, outra vez, nos níveis hierárquicos mais baixos<sup>15</sup>.

## **O futuro e o sonho**

Grande parte das internas do CPJC quer trabalhar, mas as oportunidades de trabalho e acesso a recursos financeiros é bastante difícil, sendo que as políticas de “ressocialização”

---

<sup>14</sup> Havia presença de policiais militares, como medida de segurança. Se formos avaliar detidamente, essas redes se complexificam e surgem outros níveis hierárquicos, inclusive entre as próprias internas.

<sup>15</sup> A prisão no Brasil é destinada principalmente para pessoas de baixa escolaridade, que vivem em lugares periféricos e vulneráveis. Grande parte dessa população caracteriza-se por ser jovem e negra.



bastante ineficazes. Antes o CPJC contava com uma cozinha onde as internas trabalhavam<sup>16</sup>, mas a mesma foi fechada pelo estado físico em que se encontrava. A outra forma de se trabalhar dentro da ala feminina era no trabalho informal intramuros, em que as internas trabalham para outras que possuem mais recursos financeiros. O trabalho constitui-se, para elas, como um dos primeiros passos em rumo ao sonho de uma vida nova e acalenta a perspectiva de mudança de vida após deixarem a prisão. É a partir do trabalho na prisão que se começa a fazer diferença para sua própria família, seja não dependendo dela para ter acesso a determinados bens, seja juntando dinheiro para poder ser “útil” quando ganhar a liberdade.

Outra forma de se iniciar a mudança de vida é através de algumas atividades oferecidas na ala feminina, como as igrejas e projetos sociais, em sua grande maioria de artesanato. Várias igrejas visitam uma vez por semana a ala feminina, entre elas a igreja católica e três igrejas evangélicas. A igreja é apontada pela maioria das internas como a salvação para o mundo das drogas, com as quais continuam a conviver na prisão.

Os projetos, por sua vez, estão relacionados à confecção de artesanatos ou relacionados à moda. Entre eles está um projeto de muito sucesso, que é o *Transforme-se*<sup>17</sup>. De modo geral, faz parte da vida de várias internas e egressas da ala feminina tendo ajudado a transformar muitas vidas ao promover oficinas de capacitação e terapia para as internas. O lucro gerado também vai para elas, diferentemente dos trabalhos exploratórios por parte do Estado ou de empresas terceirizadas, que têm como foco a exploração da mão de obra barata do interno e não a sua real transformação<sup>18</sup>. Todavia, as vagas são restritas e eficácia do projeto é testada de diversas formas.

Quando questionadas sobre sua liberdade e acesso a moradia e trabalho, a maioria indicou que ficariam em casas de amigas da Instituição. Isto é, a inserção no sistema prisional levou à reconfiguração das suas redes sociais ou de contatos. As novas relações são

---

<sup>16</sup> De acordo com o Código de Execução Penal brasileiro, o trabalho dentro das instituições penais deve ser remunerado e o interno que trabalha tem direito a salário e a remissão de sua pena.

<sup>17</sup> Para saber mais sobre o Projeto “Transforme-se” ler Silva (2010)

<sup>18</sup> Como indica Wacquant (2001), com o desenvolvimento do capitalismo e transformação de um Estado voltado para políticas sociais em um Estado voltado para o policiamento (ou vigília), o sistema punitivo foi se modificando de forma a preservar o máximo possível o corpo e atacar a mente ou a alma do prisioneiro. Tendo em vista de que o corpo do preso poderia ser usado para o trabalho escravo como modo de pena ou castigo pelo seu crime, era de interesse que o corpo estivesse inteiro e apto para o trabalho. Com o neoliberalismo se espalhando pelo mundo nos tempos contemporâneos os sistemas punitivos foram se modificando para se adequar novamente ao meio de produção. Para que não fossem taxados como exploradores de mão de obra escrava foi instituído um pagamento mínimo aos apenados que trabalhassem para o Estado ou para empresas privadas. No caso do Rio Grande do Norte ainda não temos acordos com empresas privadas para mão de obra apenada. Entretanto desde 1993 que o Estado se utiliza da mão de obra de prisioneiros. Esses egressos recém-libertos procuram desesperadamente emprego, aceitando qualquer um que lhe for oferecido em uma tentativa de não voltar mais para o mundo do crime. Todavia, suas chances, devido ao estigma que carregam entre outros aspectos como, por exemplo, a baixa formação acadêmica e técnica, são bastante escassas.

constituídas através da troca de uma escova de dentes, da participação em um culto religioso ou em algum projeto. São estratégias através das quais as internas estabelecem entre si, a despeito de todas as dificuldades, laços fundamentais para produzir o cotidiano na vida e pensar o futuro fora do presídio.

## **APONTAMENTOS FINAIS**

Ainda que os dados apresentados sejam preliminares e mereçam maior aprofundamento teórico e que seja necessário, entre outros aspectos, problematizar as narrativas dessas mulheres em diversos sentidos, objetivamos compreender um pouco da situação de mulheres em situações de prisão no contexto local e ao mesmo tempo refletir sobre as práticas de sistemas de justiça criminal no Brasil. Buscamos evidenciar o que as levou ao mundo do crime e a prisão e entender como lidam com a vida na Instituição e quais são suas expectativas para o futuro. Neste caminhar, percebemos a centralidade das emoções, tanto para controlar os corpos, como para construir o futuro. Isto é, para além de dramas individuais, identificamos uma dimensão da realidade brasileira, que é frequentemente silenciada ainda que possa revelar visões diferenciadas sobre nossas concepções acerca das noções de justiça e sistema prisional.

Uma outra característica, triste e marcante em nossos estudos, foi a solidão em uma Instituição Penal voltada para mulheres. Grande parte das internas expressa saudade da família ou de sua terra natal. A grande maioria não recebe visitas. Os dias de visita na ala feminina, portanto, não são muito movimentados como acontece nos presídios masculinos. A saudade da família, a sensação de culpa, a decepção amorosa sofrida ganham dimensões ampliadas, portanto. Reconhecemos, contudo, a dificuldade em teorizar os estados emotivos e sua relação com o sistema prisional. Para nós, a perspectiva que se apresenta é seguir desvendando evidências simbólicas e ampliar nossas reflexões acerca das emoções, de modo que possamos percebê-las como construções sociais e individuais que dão singularidade à vida de cada um e, ao mesmo tempo, ajudam a delinear um senso de justiça que associa punição ao sofrimento (ver Kant de Lima, 2008).

Quanto às suas expectativas para o futuro, notamos que a maioria das mulheres compartilha dos mesmos sonhos: trabalhar, se reestruturar, se manter longe do crime. O grande problema é que existem poucas exceções de internas com condições financeiras razoáveis e a maior parte acaba retornando ao mundo dos muros (a taxa de reincidência

criminal é alta<sup>19</sup>). Por outro lado, como a grande maioria vem de camadas pobres da sociedade e é possuidora de um baixo nível escolar, as oportunidades são restritas. Se já estavam à margem da sociedade antes da prisão, como fazer com agora com as marcas e estigmas da prisão que as acompanham doravante?

Este ponto permite inclusive comparar a vida dessas mulheres à obra de Fernandes (1978), que revela como o negro recém-liberto prosseguia em sua diáspora a procura de um lugar que o aceitasse. Diante de inúmeras respostas negativas e do desespero, muitos aceitavam qualquer trabalho em troca de um meio de subsistência. Isto também acaba acontecendo com algumas egressas. Uma parte terá acesso a empregos de baixa remuneração, como o cargo de “serviços gerais” e poderá limpar o chão de algum prédio do governo e ganhando metade de um salário mínimo. Como falar em reinserção nessa perspectiva?

Por fim, embora tratemos de uma pesquisa local, os dados permitem refletir sobre questões nacionais e globais, que envolvem formas de acesso, distribuição e interpretações acerca do conceito de justiça. Partindo desse entendimento, propomos que a análise da micropolítica das emoções pode anunciar nuances diferentes sobre nossos sistemas de contribuir para a elaboração de caminhos alternativos.

### Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Marcos César. “A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. R.J, Vol. 45, nº 4, 2002.
- CÔRTEZ, Mariana. *O Bandido que virou pregador. A conversão de criminosos ao pentecostalismo e suas carreiras de pregadores*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978
- FOUCAULT, Michel. 2004. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Editora vozes, 2004.
- FUNES, Mariano Ruiz. *A Crise nas Prisões*. São Paulo: Saraiva, 1953.
- GARLAND, David. *A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- COSTA, L. Leite.; LEITE, Maria Esther Delgado. BOTELHO, Adriana Pedreira (orgs). *Juventude, desafiliação e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008.
- KANT DE LIMA, Roberto. *Ensaio de Antropologia e de Direito. Acesso a Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Iuris, 2008.

---

<sup>19</sup> Muitas tentam resistir para não reincidir. Não se trata, contudo, de uma tarefa difícil. Uma grande parcela não consegue emprego algum e muitas vezes saem da prisão sem ter o que comer ou onde dormir. Contam com a ajuda apenas de alguns contatos feitos durante o tempo na prisão. Esta é a forma através da qual conseguem uma casa para ficar temporariamente, o que acaba sendo mais um fardo, pois se sentem incapacitadas e impossibilitadas de retribuir o favor prestado.

\_\_\_\_\_. “A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição”. VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos. *Cidadania e violência*. R.J: Editora da UFRJ, 1996.

KANT DE LIMA, R.; EILBAM, L e PIRES, L. (orgs). *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada. Coleção Direitos, Conflitos e Segurança Pública*. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LEMGRUBER, Julita; PAIVA, Anabela. *A dona das Chaves: uma mulher no comando das prisões no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

MIRANDA, Ana Paula Mendes; MOTA, Fábio Reis (orgs). *Práticas Punitivas, Sistema Prisional e Justiça*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. *Revista de Antropologia da USP*. São Paulo, v. 53, 2010.

PETRINI, João Carlos. *Pós-modernidade e Família: Um Itinerário de Compreensão*. Bauru: EDUSC, 2003.

REZENDE, Claudia Barcelos; COELHO, Maria Claudia. “Emoções: individuais ou sociais?”. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SANTOS, Leonardo Alves. *Entre o amor, o crime e a solidão: Cotidiano e Histórias de Vida de Mulheres em Situação de Prisão no Complexo Penal Dr. João Chaves* (Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil -1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (orgs). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

VELHO, Gilberto. “Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas”. *Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André. Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.